**ESCLARECIMENTO 1**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2022**

|  |  |
| --- | --- |
| **Processo: PRO-00017/2022 SC nº 021704** | **Tipo: Menor Preço Global** |
| **Abertura: 25/7/2022** | **Horário: 10h** |
| **Local: SBN, Quadra 1, Bloco C, Edifício Roberto Simonsen, 2º andar, CEP 70040-903**  **Brasília (DF) – Fone: (61) 3317-9891** | |

**PERGUNTA 1**

**DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O edital do Pregão Presencial, no item 8, do Anexo I – Termo de Referência estabelece o público alvo do objeto do presente certame licitatório, estabelecendo o número de 150.000 (cento e cinquenta mil) alunos para disponibilização das licenças.

8. DO PÚBLICO-ALVO

8.1 A plataforma deve ser disponibilizada para até 150 mil alunos, até 12 mil professores, além de até 150 mil usuários da comunidade escolar (gestores, coordenadores, secretários escolares, pais e responsáveis), conforme etapas de ensino indicadas abaixo, que poderão variar de acordo com o quantitativo de matrículas de cada DR:

Educação Infantil (Pré-escola): Aproximadamente 3 mil alunos

Ensino Fundamental (Anos iniciais): aproximadamente 50 mil alunos

Ensino Fundamental (Anos finais): aproximadamente 50 mil alunos

Ensino Médio: aproximadamente 47 mil alunos (...)

8.3**. O pagamento das licenças será variável, conforme variação da utilização efetiva mensal, e será destinado somente aos usuários alunos das etapas previstas neste termo de referência**. No entanto, a plataforma deverá permitir o acesso, sem custos adicionais, dos professores e da comunidade escolar (gestores, coordenadores, secretários escolares, pais e responsáveis).

8.4. **A utilização das licenças de uso pelo público-alvo deve ocorrer segundo os critérios de continuidade e transferência de uso.**

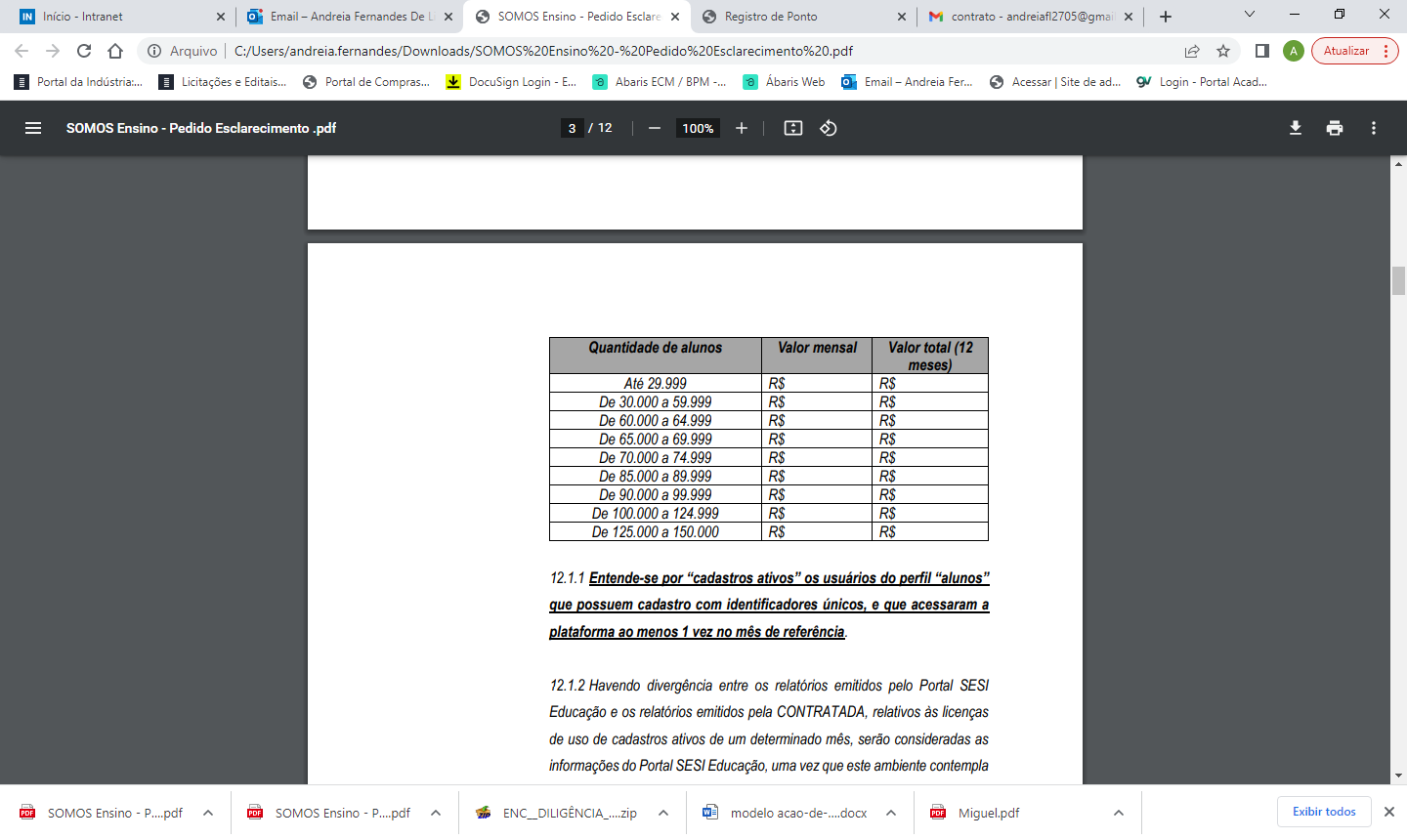
8.4.1. Entende-se como continuidade do uso a não suspensão da disponibilização da licença, ressalvadas as possibilidades em caso de inadimplemento do contratante e término da vigência contratual.

8.4.2. Entende-se como transferência do uso a possibilidade de substituição do uso de uma licença de um aluno por outro.

Contudo, o item 12 – Das Condições de Pagamentos, do Anexo I – Termo de Referência deixa margens de dúvidas e interpretações quanto a forma de adimplemento do objeto do Pregão Presencial nº 26/2022, nos seguintes termos:

“12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 **Os pagamentos das licenças de uso referentes à solução de aprendizagem serão mensais e variáveis, de acordo com a faixa de economia de escala descrita no item 19.4, com o número de cadastros ativos por série, por etapa de ensino (Educação Infantil Pré escola, Ensino Fundamental anos iniciais e anos finais e Ensino Médio) e por DR, conforme relatório de cadastro mensal a ser fornecido pela CONTRATADA e atestado pelo contratante.**



12.1.1. **Entende-se por “cadastros ativos” os usuários do perfil “alunos” que possuem cadastro com identificadores únicos, e que acessaram a plataforma ao menos 1 vez no mês de referência**.

12.1.2 Havendo divergência entre os relatórios emitidos pelo Portal SESI Educação e os relatórios emitidos pela CONTRATADA, relativos às licenças de uso de cadastros ativos de um determinado mês, serão consideradas as informações do Portal SESI Educação, uma vez que este ambiente contempla as informações do público-alvo dos referidos usuários. Em situações dessa natureza, a CONTRATADA deverá ajustar o referido relatório para atesto do CONTRATANTE e posterior emissão da nota fiscal.

12.2 O pagamento de API de integração com o Portal SESI Educação (usuário e conteúdo) será realizado após a sua implementação e seu efetivo funcionamento, no mês subsequente, mediante atesto do SESI DN.

12.3 O pagamento do serviço de manutenção da API será feito a partir dos serviços efetivamente prestados, sob demanda e após ateste do SESI/DN. Sempre que demandado pelo CONTRATANTE, as integrações deverão ser ajustadas e a contratada deverá emitir relatórios constando os pontos de função correspondentes aos ajustes realizados, bem como seu efetivo funcionamento, para efeitos de pagamento pelo CONTRATANTE.

12.4 Os pagamentos referentes aos serviços de formação e assessoria pedagógica serão realizados após a prestação dos serviços, mediante demanda do CONTRATANTE, mediante a emissão de relatórios pela CONTRATADA a serem atestados pelos Departamentos Regionais do SESI, conforme modelo a ser definido pelo CONTRATANTE.

12.5 Os pagamentos serão realizados mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela CONTRATADA. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura para as conferências e o atesto de recebimento pela área solicitante.”

Adiante, o item 19 estabelece as diretrizes para a apresentação da proposta financeira no Pregão Presencial nº 26/2022.

19. DA PROPOSTA DE PREÇOS

19.1 A proposta de preço deve ser apresentada conforme definido no Anexo III do edital e disposto abaixo. Deve constar na proposta de preço o valor total para a execução do objeto deste Termo de Referência o valor médio para licenças de uso.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Itens a ser contratado** | **Valor Unitário R$** | **Quantidade Estimada** | **Valor Estimado Mensal R$** | **Valor total Estimado 12 Meses R$** |
| API para integração da plataforma ao Portal SESI Educação, conforme especificações deste TR. | R$ | 1 | - |  |
| Manutenção da API (sob demanda) | R$ | Até 111 pontos de função | - | R$ |
| Licenças de uso - Solução de aprendizagem (incluindo suporte técnico e manutenção da plataforma) | R$ | Até 150.000 | Até R$ | R$ |
| Realizar formação presencial para implantação da plataforma (sob demanda), com carga horária de 8h, destinada a profissionais do SESI/DN e DRs (equipes técnicas e pedagógicas), a ser realizada nas sedes dos Departamentos Regionais e na sede do Departamento Nacional, totalizando até 30 formações ao longo de 12 meses. | R$ | Até 60  (Vide item 6.1.12.1 TR) | - | R$ |
| Realizar assessorias pedagógicas a distância (sob demanda), abordando temas como: aplicação das funcionalidades da plataforma de acordo com cada rotina escolar, planejamento pedagógico, definição de metas e estratégias pedagógicas, dentre outros, com carga horária de 2h cada assessoria, destinada a profissionais do SESI/DN e DRs (professores, gestores e outros), totalizando até 66 assessorias, sendo: até 60 assessorias para os DR, até 2 assessorias para o DN e até 4 assessorias com o DN e todos os regionais, ao longo de 12 meses. | R$ | Até 132  (Vide item 6.1.12.2 TR) | - | R$ |
| **Valor total - 12 meses** | **N/a** | **N/a** | **N/a** | **R$** |

19.2. Para cálculo do valor médio das licenças de uso, a empresa participante do certame deve levar em consideração os valores previstos na tabela abaixo, que deve evidenciar ganho de escala com descontos progressivos em cada uma das faixas apresentadas:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Faixas** | **Quantidade de alunos** | **Valor p/ aluno mês** | **Peso** |
| 1 | Até 29.999 | R$ | 0,5% |
| 2 | De 30.000 a 59.999 | R$ | 0,5% |
| 3 | De 60.000 a 64.999 | R$ | 0,5% |
| 4 | De 65.000 a 69.999 | R$ | 0,5% |
| 5 | De 70.000 a 74.999 | R$ | 0,5% |
| 6 | De 85.000 a 89.999 | R$ | 1% |
| 7 | De 90.000 a 99.999 | R$ | 5% |
| 8 | De 100.000 a 124.999 | R$ | 11,5% |
| 9 | De 125.000 a 150.000 | R$ | 80% |

19.3. Para o cálculo do valor médio da licença, a ser considerado na proposta comercial, a empresa participante do certame deverá realizar a média ponderada pelo “Peso” de cada faixa na tabela acima, seguindo a memória de cálculo:

[(Valor Faixa 1 \* Peso Faixa 1) + (Valor Faixa 2 \* Peso Faixa 2) + (Valor Faixa 3 \* Peso Faixa 3) + (Valor Faixa 4 \* Peso Faixa 4) + (Valor Faixa 5 \* Peso Faixa 5) + (Valor Faixa 6 \* Peso Faixa 6) + (Valor Faixa 7 \* Peso Faixa 7) + (Valor Faixa 8 \* Peso Faixa 8) + (Valor Faixa 9 \* Peso Faixa 9)] = **Valor unitário médio que deverá constar na proposta comercial a ser apresentada**.”

Conjugando os dispositivos acima temos que as regras acima obstam a correta e firme formulação da proposta comercial, por se tratar de objeto complexo e ao condicionar os pagamentos a evento incerto e futuro de difícil previsão das licitantes. Explicamos.

O item 12.1 estabelece que somente serão pagas as licenças de acordo com os cadastros ativos e, por sua vez, o item 12.1.1 esclarece que se entende por cadastro ativo os usuários de perfil “alunos” que possuam cadastro identificados como únicos e que acessaram a plataforma ao menos 01 (uma) vez no mês de referência. Por sua vez, o item 19.2 estabelece que devem ser ofertados os preços conforme faixa de usuários das licenças de uso, atribuindo no item 19.3 “peso” específico para cada uma delas para aferição do valor médio que deve constar da proposta comercial.

O edital do Pregão Presencial nº 26/2022, ao condicionar o pagamento da licença ao acesso do aluno, pelo menos uma vez no mês de referência, causa evento completamente incerto que afeta de sobremaneira a equação econômico-financeira da proposta comercial.

Ora, a empresa Contratada obriga-se em fornecer o objeto do certame licitatório, qual seja, licenças de uso (SaaS) para acesso a uma solução educacional integrada, logo uma vez disponibilizada toda estrutura de hardware e software necessária para atendimento da demanda da Rede de Ensino do SESI, não pode ficar condicionado o pagamento ao acesso do aluno, haja vista que a empresa contratada dispôs das licenças necessárias conforme exigido.

Portanto, cabe a SESI garantir que todos os seus alunos utilizem a ferramenta disponibilizada nos termos requeridos pelo Termo de Referência.

Doutra banda, o edital do Pregão Presencial nº 26/2022 não traz qualquer garantia quanto ao número de licenças que serão consumidas para possibilitar a licitante a formulação correta da proposta, haja vista a utilização, em diversas passagens, da preposição “ATÉ”, que possibilitar a utilização de 01 (uma) até 150.000 (cento e cinquenta mil) licenças de uso.

**Importante mencionar que a disponibilização, ainda que sem utilização, das licenças ao universo total possível no que concerne ao objeto licitatório, já representa um custo para qualquer licitante, uma vez que além da manutenção das licenças, há também a necessidade de assistência derivada da API, que mesmo em detrimento de um número mínimo de licenças, gera a mesma complexidade e customização.**

Assim, não há como a licitante utilizar da economia de escala, pois não há definição precisa do número de licenças que o SESI utilizará na presente contratação.

Ademais, cabe frisar que o presente procedimento licitatório não se trata de registro de preços onde são registrados preços unitários para posterior contratação do número necessário, sem a obrigação de utilização mínima.

Pelo contrário, o Pregão Presencial nº 26/2022 visa a pactuação de instrumento contratual para fornecimento do objeto, logo, cabe ao instrumento convocatório dispor de informações claras e precisas quanto ao efetivo número de licenças que serão contratadas efetivamente para, assim, possibilitar a avaliação a economia de escala na formulação das propostas, ainda considerando que deverão ser fornecidas sem qualquer custos ao SESI um total de 162.000 (cento e sessenta e duas mil) licenças para alunos e membros da comunidade escolar.

Neste cenário, o edital deverá prever expressamente o quantitativo de 150.000 (cento e cinquenta) mil licenças podendo, contudo, este número oscilar em conformidade com o artigo 30 do Regulamento de Licitações e Contratos do SESI.

“Art. 30. Os contratos poderão ser aditados nas hipóteses de complementação ou acréscimo que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial e de até 50% (cinqüenta por cento), para reforma de edifício ou equipamento, ambos atualizados.”

Isto posto, resta cristalino que o edital do Pregão Presencial nº 26/2022 carece de revisão, para alteração da forma de formulação da proposta financeira, excluindo a preposição “até” e passando a consignar o número efetivo de licenças que serão objeto da contratação.

**Requer a alteração da forma de formulação da proposta financeira, excluindo a preposição “até” e passando a consignar o número efetivo de licenças que serão objeto da contratação ou, ainda, esclarecendo qual o patamar mínimo de contratação, uma vez que a empresa ora proponente disponibilizará, independentemente da ativação, a totalidade das licenças a serem atribuídas ao universo de usuários delimitados no presente escopo.**

**RESPOSTA 1.:**

O Edital n.26/2022 prevê a contratação de licenças de uso (SaaS) para acesso a uma solução educacional integrada, dentre outras informações previstas no Portal.

Considerando o regulamento do SESI, Capítulo III, Art. 20 e Art.38, os Departamentos Regionais são órgão de administração que funcionam sob direção unitária e com jurisdição nas bases territoriais correspondentes.

Ademais, os Departamentos Regionais são autônomos no que se refere à administração de seus serviços, gestão dos seus recursos, dentre outras atribuições.

Sendo assim, tendo em vista que:

1. o Departamento Nacional não possui na sua estrutura escolas vinculadas a ele;
2. compete ao Departamento Nacional, dentre outras ações, promover ações de âmbito nacional;
3. cada Departamento Regional é autônomo e poderá ou não aderir à uma ação de âmbito nacional; e
4. conforme orientação da Diretoria Jurídica do Departamento Nacional do SESI, baseada em informações dos órgãos de controle, não é razoável o pagamento de licenças de uso sem sua utilização, sobretudo, considerando que se trata de uma prestação de serviços (SaaS).

Considerando o disposto acima, não há como ser determinado um número efetivo de licenças mês, dado que a utilização das licenças depende da adesão dos departamentos regionais. O referido Edital menciona “até” 150 mil licenças/mês, uma vez que não prever quantos e quais Departamentos Regionais irão aderir à essa iniciativa e, ainda que o façam, não há como prever qual etapa de ensino pretendem aderir. Ou seja, são informações que não dependem do Departamento Nacional e são incertas, por isso há essa previsão de um “teto” de atendimento.

Outro ponto, o Edital também prevê uma tabela com ganho de escala, ou seja, a expectativa do Departamento Nacional é que tenhamos um número entre 125 mil e 150 mil de alunos utilizando a plataforma que se pretende adquirir. No entanto, o Departamento Nacional também corre o risco de pagar um valor maior por uma licença de uso, quando tiver menos aderentes a plataforma, a tabela de faixas de atendimento permite a empresa precificar diferentes cenários garantindo uma precificação adequada a depender da quantidade atendida

Quanto à forma de precificação, o Edital prevê, para que seja possível comparar as propostas comerciais na fase de abertura dos envelopes de preços, um valor médio das licenças. Para isso, as licitantes devem considerar a memória de cálculo prevista no Item 19.3.

Sobre o item abaixo levantado pela empresa, informamos que o Edital 26/2022 prevê precificação em separado da implementação e manutenção da API, não devendo este valor está incluso no custo das licenças.

*‘Importante mencionar que a disponibilização, ainda que sem utilização, das licenças ao universo total possível no que concerne ao objeto licitatório, já representa um custo para qualquer licitante, uma vez que além da manutenção das licenças, há também a necessidade de assistência derivada da API, que mesmo em detrimento de um número mínimo de licenças, gera a mesma complexidade e customização. ‘*

Finalmente, destaca-se que os contratos semelhantes firmados entre o Departamento Nacional e outras empresas seguem os mesmos padrões previstos neste Edital.

Sendo assim, não há necessidade de alteração junto ao Edital n.26/2022.

**PERGUNTA 2**

DA CONFORMIDADE COM A LGPD:

Consta do referido edital, mais precisamente do Termo de Referência, item “4.1.3”, que a empresa deve estar em conformidade com as normas previstas na Lei Geral de Proteção de dados, nos termos abaixo:

“Conformidade com as normas definidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).”

Em que pese seja essa uma premissa da ora peticionária, importante que sejam delimitados os parâmetros e metodologias de aferição dessa compatibilidade, isso porque a plataforma é feita e gerenciada em total consonância com as premissas de “privacy by design”, o que diminui sobremaneira a chance de eventual malversação de dados ou mesmo de exposição indevida de dados pessoais, sensíveis ou não, nos termos da LGPD.

Diante desse cotejo, é imperioso que se esclareça qual a forma de evidenciação da conformidade com a LGPD e quais são as responsabilidades da entidade contratante em relação aos dados ou relatórios gerados sob sua responsabilidade?

De antemão, entendemos a importância do tema, até mesmo em se tratando de dados, em sua maioria, proveniente de menores, o que a LGPD concede tratamento diferenciado.

**Requer que seja esclarecido qual o entendimento e qual a** **metodologia será aplicada para aferição da conformidade da empresa proponente em face da LGPD, de modo que fique transparente a responsabilidade de cada ente no que concerne às potenciais ocorrências e vazamentos de dados pessoais e sensíveis.**

**RESPOSTA 2.:.**

A Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018) tem como principal objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Sendo assim, considerando que os dados dos alunos, dos professores e da comunidade escolar são de propriedade do SESI/DN, a metodologia para aferição da conformidade pela empresa proponente será disponibilizada posteriormente, após assinatura do contrato.

Sendo assim, o item 4.1.3, do Termo de Referência, não será objeto de avaliação da Prova de Conceito (POC).

**PERGUNTA 3**

DAS QUESTÕES RELACIONADAS AOS RELATÓRIOS ONLINE DE ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM

Ainda no que diz respeito aos questionamentos, faz-se necessário asseverar sobre o item “5.4.1”, até para que se clarifique a metodologia e a diretriz formativa e geradora dos respectivos relatórios, senão vejamos:

“A plataforma deve permitir a emissão relatórios online de engajamento e de aprendizagem, que evidenciam a utilização da plataforma pela escola, por público (professores e alunos), por DR, de forma individual ou de forma separada, por turma, por área do conhecimento e por período selecionado.”

Partindo de um pressuposto meramente técnico de que o engajamento está ligado a alguns fatores que, em geral, consolidam todos os dados, quais sejam, o tempo de permanência na avaliação, o tempo gasto em cada uma das respostas, de um lado e, de outro, o tempo de utilização da plataforma por dia, bem como a qualidade da internet de cada um dos usuários, Ainda que tenhamos a compreensão genérica do quanto acima esposa, necessário que se esclareça, a fim de alinharmos todas as expectativas inerentes à contratação, quais as métricas para análise de engajamento do usuário? Quais as métricas de aprendizagem serão aferidas? Referidas respostas servirão de norte para que seja possível a transposição de dados e a verificação específica de cada um dos usuários em compasso com o conteúdo avaliativo, de maneira individualizada e consentânea.

**Nos termos dispostos acima, no que pertine aos relatórios, quais as métricas para análise de engajamento do usuário? Quais as métricas de aprendizagem serão aferidas?**

**RESPOSTA 3.:.**

No que tange a métrica de engajamento dos usuários, deverá ser considerado o número total de usuários que acessaram a plataforma em um determinado período. Sendo assim, como exemplo, se considerarmos que um determinado Departamento Regional, aderente à referida plataforma, possua 500 alunos aptos a utilizar a plataforma, matriculados na turma A, do 1º Ano do Ensino Médio, de uma determinada escola e que, desses 500 alunos, 300 alunos tenham acessado a plataforma em um período de 1 mês, temos, nesse caso, um engajamento de 60%, ou seja: 300 alunos dividido por 500 alunos.

Quanto as métricas de aprendizagem, deve-se levar em consideração as métricas previstas nos Itens 5.4.2 e 5.4.3 do Edital os quais descrevem que:

*5.4.2 Os relatórios das avaliações devem ser processados segundo a Teoria Clássica dos Testes - TCT, para disponibilizar a porcentagem de acertos do aluno na área de conhecimento, bem como em cada componente curricular.*

*5.4.3 Os relatórios devem oferecer também, a proficiência calculada pela Teoria da Resposta ao Item - TRI, permitindo identificar os alunos com menor e maior proficiência para proporcionar intervenções pedagógicas, segundo as habilidades que apresentaram maiores fragilidades de acordo com a escala ENEM e SAEB para a Educação Básica regular.*

**PERGUNTA 4**

4.1. Do item 4.1.7

Consta do Termo de Referência, item “4.1.7” uma expressa menção ao estudo individualizado e adaptativo, senão vejamos:

“Disponibilidade de conteúdos embarcados que permitam o estudo individual de forma adaptativa e personalizada pelos alunos da Educação Básica, das etapas previstas neste termo de referência, com recursos para recuperação, reforço e aprofundamento.”

Entendemos como plataforma adaptativa:

➢ Uma plataforma de estudo adaptativa com atividades adaptativas é aquela que permite analisar em tempo real a interação do aluno e sugerir trilhas personalizadas de estudos, relatórios próprios de acompanhamento e diagnose avaliativa.

➢ Personalizada: o aluno interage com o conteúdo de forma autônoma, com singularidade, abertura e utilizando técnicas preditivas (capazes com um algoritmo) ajustar a proficiência de habilidades e competências dentro de uma escala de proficiência por Matriz.

**Diante do exposto, a plataforma deve partir de uma avaliação para determinar os conteúdos necessários para cada indivíduo (de forma individual e personalizada), sugerir atividades baseadas na proficiência por habilidade aplicando o CAT (Computer Adaptative Test) como objeto de aprendizagem para recuperação, reforço e aprofundamento de estudos.**

**Nosso entendimento está correto?**

**RESPOSTA 4**

Sim, o entendimento está correto, só não é necessário que a tecnologia de aplicação seja a de “CAT”, podendo-se utilizar outras metodologias que sejam capazes de avaliar a proficiência.

**PERGUNTA 5**

4.2. Do item 5.2.21

Outro ponto passível de clarificação para entendimento e efetivação entrega em concomitância com o desejado pela entidade contratante consta no disposto no Termo de Referência, “5.2.21”, senão vejamos:

“A plataforma deve, com base no mapeamento da evolução do aluno, ser capaz de sugerir recursos pedagógicos e trilhas formativas individualizadas a serem realizadas pelos alunos como estudo autônomo direcionado.”

Evidente que o esperado é que esse retorno (feedback) ao aluno represente o escopo de uma progressão, todavia, com base nas circunstâncias e necessidades pautadas pelo edital, é preciso esclarecer o quanto segue:

**O mapeamento evolutivo do aluno será por competência explicita na matriz SESI? Teremos uma escala de proficiência própria do SESI? Quem vai determinar qual conteúdo é adequado a habilidade a ser trabalhada?**

**RESPOSTA 5**

Seguem respostas:

1. O mapeamento evolutivo do aluno será por competência explicita na matriz SESI? **Sim.**
2. Teremos uma escala de proficiência própria do SESI? **Sim, a ser definida posteriormente. pelo SESI/Departamento Nacional.**
3. Quem vai determinar qual conteúdo é adequado a habilidade a ser trabalhada? **A responsabilidade da indexação de recursos digitais e dos itens de avaliação é da empresa a ser contratada, como previsto nos Itens 5.2.23.1 e 5.3.8.1 e como previsto no cronograma de entrega, Item 9, do Termo de Referência.**

**PERGUNTA 6**

4.3. Do item 21.1

Além dos supracitados, consta do Termo de Referência o item “21.1”, o qual também merece especial atenção para melhor entendimento, senão vejamos:

“A plataforma que será objeto de fornecimento de licença de uso e os materiais a serem utilizados no treinamento são de propriedade da contratada, licenciados para utilização por parte do contratante, sendo que os dados dos alunos e professores, bem como os materiais e itens avaliativos desenvolvidos no âmbito deste contrato pertencerão exclusivamente à contratante.”

**RESPOSTA 6:.**

Como descrito acima, o Item 21.1 do Termo de Referência prevê que os materiais a serem utilizados no treinamento são de propriedade da empresa a ser contratada, e deverão ser liberados para utilização do SESI durante a vigência do contrato a ser firmado. No entanto, os dados dos alunos e dos professores da Rede SESI e os materiais e os itens avaliativos a serem desenvolvidos no âmbito do contrato a ser firmado são de exclusividade do SESI/Departamento Nacional.

**Para todos os efeitos este documento passa a integrar o edital em referência.**

Brasília - DF, 27 de julho de 2022.

**Comissão Permanente de Licitação - CPL**